



Florestas 2024 Documento 01A

Belmont Forum – CRA FORESTS 2024
Última atualização 4 de junho de 2024

Fórum Belmont de Ação Colaborativa em Pesquisa

Florestas Tropicais: Implicações Globais e Ações Urgentes FLORESTAS 2024

Chamada de Propostas

TEMA DA CHAMADA

Este CRA reconhece os desafios e oportunidades urgentes para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal nas florestas tropicais em todo o mundo. Este CRA tem como objetivo coordenar ações e projetos com uma abordagem transdisciplinar para desenvolver soluções inovadoras para os desafios enfrentados nas regiões de floresta tropical, sendo a Amazônia a maior e mais populosa. Reconhecendo as diferenças na governança, diversidade cultural e configuração territorial, este CRA abrange florestas tropicais em todo o mundo que enfrentam desafios semelhantes.

Antecedentes e Justificativa

O Instituto Interamericano de Pesquisa Global sobre Mudanças Climáticas (IAI) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) estão liderando uma nova chamada de financiamento do Fórum Belmont intitulada "Florestas Tropicais: Implicações Globais e Ações Urgentes".

O Fórum Belmont (BF) é composto por 39 instituições de financiamento científico e parceiros em todo o mundo. Essas agências desenvolvem e financiam conjuntamente Ações de Pesquisa Colaborativa (CRA). Essas chamadas de financiamento para pesquisa transdisciplinar abordam questões globais de mudança ambiental que requerem coordenação global para alcançar objetivos científicos, aumentar sinergias e evitar duplicações.

Este CRA aborda todas as florestas tropicais em todo o mundo e os ecossistemas interconectados que as influenciam. Os ecossistemas tropicais estão localizados entre o Trópico de Câncer e o Trópico de Capricórnio (latitude 23°26' norte e sul do Equador) em qualquer altitude.



O CRA FLORESTAS 2024 reconhece as crescentes ameaças a esses ecossistemas e seus habitantes, como mudanças climáticas, desmatamento, agroindústria e conversão de terras não regulamentadas, atividades ilegais, poluição e injustiças ambientais/climáticas. Nas regiões globais de floresta tropical, como a Amazônia, América Central, Ásia e África, o bem-estar e a sobrevivência de povos indígenas e comunidades locais dependem do ecossistema local sob pressão. Outras preocupações imediatas incluem saúde humana, ameaças associadas ao surgimento de patógenos zoonóticos e degradação ambiental. Os desafios enfrentados pelas regiões de floresta tropical variam dependendo da governança, ecologia local, diversidade cultural e configuração territorial.

O CRA visa coordenar pesquisa transdisciplinar e participativa para desenvolver soluções inovadoras para esses desafios. A abordagem transdisciplinar é transversal ao processo de chamada e às etapas de desenvolvimento do projeto.

Dez ações urgentes:

As seguintes declarações sobre ações urgentes foram identificadas e consolidadas após feedback de comunidades locais, agências governamentais e programas de pesquisa em regiões de floresta tropical.

1. Gerar evidências para apoiar ações que reduzam ou controlem o desmatamento, incluindo interromper a rápida expansão da fronteira agrícola e outros megaprojetos, apoiar e entender a produção sustentável e desenvolver sistemas de comando e controle e estratégias para regenerar terras degradadas com práticas locais e participativas.
2. Gerar evidências para construir políticas públicas usando subsídios e incentivos para os setores público e privado manterem serviços ecossistêmicos, incluindo promover bioeconomia, empreendedorismo, inovações e economias lideradas localmente e implementação equitativa e justa de mercados de carbono e de cadeias.
3. Gerar e avançar o conhecimento sobre o funcionamento do ecossistema, ecofisiologia (incluindo produção e armazenamento de biomassa), ciclos biogeoquímicos, relações e interconexões entre floresta e pessoas, emissões de gases de efeito estufa, ciclos da água, biodiversidade, etc. Reconhecer formas de reduzir os impactos nos serviços e funções do ecossistema, como redução de riscos de desastres, sistemas de alerta precoce, estratégias de adaptação, controle de vetores de doenças, identificação e controle de fontes de poluentes, etc., e sua escalabilidade potencial.

4. Aprofundar a compreensão sobre o crime organizado e atividades ilegais nas regiões, incluindo desmatamento ilegal, mineração ilegal e tráfico de plantas, animais, drogas e pessoas, mapeando o potencial e os meios para a articulação entre estados, instituições transnacionais e dentro dos países.
5. Caracterizar e analisar posse da terra, desenvolvimento rural e urbano não planejado (estradas, outras infraestruturas, serviços de eletricidade, mineração, petróleo, extração natural, etc.) e conflitos relacionados para desenvolver gerenciamento territorial sustentável e justo e aumentar a conectividade do ecossistema.
6. Promover o conhecimento e as práticas ancestrais de povos indígenas e comunidades locais, trazendo-os para o diálogo com outros sistemas de conhecimento para resolver problemas urgentes sociais e ambientais. Investigar modelos de governança local e melhores práticas buscando reconhecimento e proteção de territórios indígenas e outras terras comunitárias.
7. Gerar pesquisa e evidências para apoiar ações que diminuam a vulnerabilidade de populações locais relacionadas a serviços essenciais, como segurança alimentar, saúde pública, educação, energia e serviços de comunicação. A pesquisa deve privilegiar a geração de dados e o reconhecimento de grupos sub-representados, como mulheres, minorias étnicas, idosos e jovens.
8. Compreender as conexões em diferentes escalas (local para global) das florestas tropicais em todo o mundo, incluindo sistemas além dos limites das florestas tropicais: perda de biodiversidade, implicações das mudanças climáticas, vínculos entre impulsionadores e resultados do desmatamento, consequências de pontos de inflexão, conectividade em larga escala com outras florestas tropicais e outros biomas, evolução da função e estrutura das florestas tropicais.
9. Gerar evidências sobre o panorama institucional das regiões de floresta tropical para identificar lacunas e melhores práticas que possam ser replicadas, incluindo o fortalecimento de agências estatais e regionais e tomada de decisões informadas em todos os níveis, aprimorando instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento locais e promovendo cooperação interna e transnacional em diversos temas.
10. Pesquisar para desenvolver sistemas de dados abertos e FAIR (encontráveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis) com ferramentas de inteligência

artificial relacionadas a processos de mudança ambiental global em florestas tropicais, por exemplo, acesso aberto, em tempo real e bancos de dados inter-relacionais sobre monitoramento participativo de mudanças no uso da terra, conflito (atividades ilícitas), processos biológicos e econômicos.

Com base nas recomendações acima, as propostas devem abranger elementos de pelo menos duas das três áreas listadas abaixo.

ÁREA 1: Reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável e as economias lideradas localmente por meio de um ou mais dos seguintes enfoques:

- Sistemas de informação: Sistemas de comando e controle para interromper o desmatamento vinculado a estratégias para regenerar terras degradadas com práticas locais e participativas.
- Conhecimento local: Conhecimento e práticas ancestrais de povos indígenas e comunidades locais para relações sustentáveis com florestas e terras.
- Bioeconomia: Modelos de inovações e economias lideradas localmente que utilizam de forma sustentável terras florestais e não florestais, reduzindo a pressão sobre as florestas.
- Mercados justos e equitativos: Implementação equitativa e justa de mercados de carbono e cadeias.
- Gestão territorial: Gestão territorial rural e urbana sustentável.

ÁREA 2: Função do ecossistema, conectividade e ciência das mudanças climáticas por meio de um ou mais dos seguintes enfoques:

- Ciclos ambientais: Englobando carbono, nitrogênio, fósforo, água e outros ciclos essenciais para entender os fluxos de nutrientes e energia dentro de ecossistemas interconectados que se estendem além das florestas tropicais. Esses ciclos podem interagir com padrões climáticos, produção de energia renovável e esforços de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.
- Conectividade e comportamento da vida selvagem: Compreender as conexões, fluxos ou movimentos entre os ecossistemas naturais e transformados que abrangem as escalas de população, comunidade e ecossistema dentro e entre as florestas tropicais em todo o mundo.
- Perda de biodiversidade e funções do ecossistema: Como lidar com a perda de biodiversidade, estratégias de conservação e manutenção das funções e serviços ecossistêmicos para as comunidades locais.
- Identificação de fontes de poluição: Inclui a identificação das origens de poluentes no ar, água e solo para implementar medidas de prevenção e controle da poluição.

- Povos indígenas, conhecimento local e territórios: Fomentar o conhecimento e as práticas indígenas e locais, direitos territoriais para preservar a biodiversidade, o patrimônio cultural e práticas sustentáveis de uso da terra.
- Vínculos com a saúde humana: Compreender as conexões entre os ecossistemas e a saúde humana, incluindo pesquisas em doenças infecciosas emergentes, como doenças transmitidas por vetores, doenças transmitidas pela água/solo/ar, transbordamento zoonótico, nutrição/má nutrição e outros impactos da degradação ambiental e das mudanças climáticas na saúde humana.
- Compreender as conexões em diferentes escalas das Florestas Tropicais: Perda de biodiversidade, implicações das mudanças climáticas, vínculos entre impulsionadores e resultados do desmatamento, consequências de pontos de inflexão, conectividade em larga escala com outras florestas tropicais e outros ecossistemas, avaliação e monitoramento de longo prazo, evolução da função e estrutura das florestas tropicais.
- Redução de riscos de desastres e resiliência: Atividades, processos e sistemas baseados em gestão integrada de riscos de desastres, com ênfase na redução da vulnerabilidade e no aumento da resiliência, permitem que indivíduos, comunidades (com foco inclusivo), governos ou setor privado ajam para se adaptar e reduzir o risco de eventos perigosos em diferentes escalas locais e regionais.

ÁREA 3: Justiça ambiental e governança, por meio de um ou mais dos seguintes enfoques:

- Governança: Aprofundar a compreensão das dinâmicas para promover o uso sustentável dos recursos naturais e evitar o desmatamento, mineração ilegal, conflitos relacionados ao petróleo, tráfico de plantas, animais, drogas e pessoas, violência contra defensores ambientais e impactos negativos de grandes projetos de infraestrutura.
- Articulação para estabelecer justiça ambiental/climáticas: Mapear casos de injustiças ambientais, necessidades e meios potenciais para promover a colaboração dentro e entre estados e instituições transfronteiriças para apoiar práticas existentes de povos indígenas e comunidades locais e lutar contra a violência e as injustiças ambientais/climáticas.
- Relações entre floresta e populações locais: Compreender e aprimorar o conhecimento e as práticas de povos indígenas e comunidades locais relacionadas às florestas pode ajudar a abordar conflitos socioeconômicos de comunidades dependentes de florestas. Essas relações podem informar políticas alternativas para melhorar a segurança alimentar, saúde pública, posse da terra, economias baseadas localmente, serviços de energia, iniciativas de educação e outros relacionados a mudanças ambientais.



- Reconhecimento e proteção de territórios indígenas e outras terras comunitárias: Conflitos ambientais frequentemente surgem devido a uma posse de terra insegura e apropriação de terras. Explorar conflitos que envolvem a grilagem de terras pode contribuir para uma melhor compreensão e aprimoramento do reconhecimento e formalização dos direitos dos povos indígenas e comunidades locais sobre seus territórios tradicionais para aprimorar a proteção da biodiversidade, do patrimônio cultural e das práticas sustentáveis de uso da terra.

REQUISITOS DO PROJETO

Requisitos do Projeto:

As propostas devem incluir uma ligação forte e deliberada entre os aspectos sociais e ambientais dos desafios ambientais globais para garantir que atendam ao Desafio Belmont para pesquisa transdisciplinar internacional que gere conhecimento para compreender, mitigar e/ou adaptar-se às mudanças ambientais globais.

Dada a complexidade e abrangência desses desafios, os consórcios de pesquisa devem ser verdadeiramente transdisciplinares, incluindo pesquisadores de a) ciências sociais/humanidades/economia e b) ciências naturais/ciências físicas/engenharia/tecnologia, bem como c) parceiros sociais (ou seja, cidadãos, indústria ou organizações da sociedade civil), usando uma abordagem participativa, co-projetada e co-implementada. Outros detentores de conhecimento são bem-vindos a fazer parte do consórcio proponente assim que esse critério mínimo for atendido.

As propostas bem-sucedidas **devem abordar o Tema da Chamada** e cumprir pelo menos dois dos três Áreas (com incentivo para interligações transversais), descrevendo claramente como o projeto proposto alcançará isso. As propostas bem-sucedidas incluirão orçamentos bem justificados, partição de fundos e alocação clara de papéis, responsabilidades e tempo.

Abordagem do CRA FORESTS 2024:

Os seguintes critérios são esperados em propostas que atendam tanto às expectativas desta Chamada de Propostas quanto ao [Belmont Challenge](#), um documento de visão que incentiva "Pesquisa transdisciplinar internacional fornecendo conhecimento para compreender, mitigar e adaptar-se às mudanças ambientais globais":



1. Fomentar Pesquisa Transdisciplinar: Isso inclui ciência e tecnologia e todos os atores sociais interessados (stakeholders); a proposta deve esclarecer os processos para incorporar conhecimentos locais e indígenas nos processos científicos. Portanto, uma colaboração ativa e permanente com autoridades locais, comunidades locais e povos indígenas deve estar clara na construção e implementação do projeto de pesquisa. Além disso, as propostas devem considerar a colaboração internacional como uma ferramenta-chave para levar a ciência à política em diferentes escalas. A abordagem transdisciplinar também deve abranger recomendações relevantes para políticas públicas e vislumbrar como o projeto de pesquisa poderia aprimorar as instituições locais.

As ações de engajamento das partes interessadas (descritas nas seções de métodos ou em planos de equidade, diversidade e inclusão) devem reconhecer e lidar com os graus variáveis de vulnerabilidade e resiliência das populações locais de acordo com características diferenciais.

2. Incluir ferramentas e processos detalhados para traduzir ciência em política e ação: Construir abordagens simples para traduzir ciência em política e ação para alcançar efeitos positivos em escala comunitária (implementação social), bem como impacto nacional e internacional. Representantes de Povos Indígenas e Comunidades Locais destacaram a importância de estabelecer sistemas de monitoramento e outras ferramentas que apoiem comitês na proteção e conservação sustentável das florestas tropicais. Espera-se que o CRA apoie o uso de novas tecnologias desenvolvidas por residentes locais ou para apoiar uma interface para projetos de pesquisa e desenvolvimento.

3. Diferenciar projetos com foco urbano e rural: Como exemplo, muitas cidades amazônicas cresceram de forma desordenada, e os recém-chegados à região hoje se instalam em áreas urbanas. Os projetos de conservação amazônica tendem a enfatizar áreas naturais e agroecossistemas e incluem estratégias diferenciadas para desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural para toda a região (por exemplo, cidades versus reservas).

4. Gerenciamento e administração de projetos: Realizar um projeto em regiões de florestas tropicais apresenta desafios logísticos e administrativos. As agências financiadoras devem conceder flexibilidade orçamentária às organizações beneficiárias, considerando as circunstâncias únicas. Por exemplo, o financiamento pode ser necessário para despesas de pesquisa atípicas, como apoio a grupos locais ou indígenas, ou para campanhas de campo que abrangem o rio Amazonas em vários países. Em áreas remotas, especialmente dentro de comunidades indígenas, obter faturas oficiais para serviços ou materiais pode ser desafiador. Além disso, os contratos devem ser adaptados às práticas de emprego indígenas quando os



projetos exigirem colaboração com comunidades locais e indígenas. A contabilidade tradicional pode ser difícil para os principais investigadores; portanto, a gestão conjunta de fundos com ONGs locais e universidades pode ser uma solução viável. Deve-se enfatizar que a entidade líder possui experiência em gerenciar recursos internacionais, especialmente em contextos políticos e economicamente voláteis. As condições atuais em algumas nações apresentam riscos, como taxas de câmbio flutuantes, complicações com compras internacionais, transferências internacionais tributadas e possíveis picos de inflação, todos os quais podem impactar a execução do projeto.

5. Garantir a participação de povos indígenas e comunidades locais nos projetos:

Para povos indígenas e comunidades locais, não é fácil diferenciar entre projetos científicos e de desenvolvimento. Por esse motivo, é desafiador alinhar os interesses de pesquisa com os interesses das comunidades; no entanto, é importante lembrar que as prioridades de pesquisa devem ser baseadas nas prioridades da comunidade. Portanto, é crucial ter aliados estratégicos com organizações com as quais as comunidades tiveram relacionamentos prévios. Deve existir vínculos de confiança pré-existent entre comunidades e universidades locais, institutos de pesquisa e ONGs. Esse vínculo também pode ser fortalecido por meio de redes regionais e transfronteiriças, como a COICA e o Consórcio de Conservação Comunitária da Bacia do Congo "C4", entre outros. Não ter experiência trabalhando com comunidades locais pode gerar altos riscos para o consórcio ao implementar o projeto.

Deve-se prestar atenção ao usar consultas prévias informadas com as comunidades e respeitar seus sistemas de governança, pois essas comunidades expressam preocupação de que os projetos não devem ser considerados fatores adicionais para a ocupação de territórios e a promoção de construções ou obras ilegais (Veja Permissões de Pesquisa). Se os pesquisadores planejam trabalhar com diferentes comunidades em cada país, deve-se observar que existem diferentes visões de mundo dentro dos países. O engajamento de Povos Indígenas e Comunidades Locais deve começar no início do projeto, abrangendo a definição do problema a ser abordado, o design de objetivos, metodologias, comunicação, condições de coleta de dados, protocolos de segurança, planos de implementação, longevidade dos resultados e restituição de benefícios à comunidade. Como o esforço e o custo de oportunidade de participar na preparação do projeto com a incerteza do processo de seleção serão reconhecidos e compensados?

É imperativo desconstruir o termo "participação" em componentes discretos. A participação abrange a aptidão para o escopo do projeto, design, organização de alianças e avaliação de propostas, entre outros aspectos: 1) Definição de trajetórias de financiamento por esforços colaborativos da academia e das comunidades, 2)



Formulação do projeto, 3) Avaliação, 4) Gerenciamento, 5) Implementação, 6) Disseminação, 7) Advocacia para impacto e 8) Monitoramento.

Nas fases preliminares (definição de trajetórias de financiamento e formulação do projeto), um diálogo franco e direto deve ser estabelecido para conciliar os interesses da academia e das comunidades em um domínio de trabalho específico, como mineração, e seus impactos na poluição. Como os interesses das comunidades de mineração podem ser alinhados com os interesses de pesquisa sobre a poluição derivada da mineração?

O mesmo diálogo dinâmico deve ser levado para codefinir os papéis de cada parceiro no consórcio, é importante ter em mente que, da perspectiva do Fórum Belmont, é incentivado que os parceiros não acadêmicos também assumam papéis de liderança como co-PIs. A equipe também deve refletir sobre medidas eficazes para prevenir qualquer forma de dinâmica de pesquisa exploratória ou "extrativista" que possa surgir entre parceiros acadêmicos e não acadêmicos do consórcio.

O design da medição de resultados do projeto deve ser um esforço colaborativo envolvendo toda a diversidade de atores interessados/envolvidos. Os quadros de monitoramento devem abordar perguntas colocadas por interesses compartilhados entre esses atores. Os representantes de PIs e LCs destacaram a importância de criar um comitê de monitoramento e apoio para apoiar suas ações na proteção e conservação sustentável das florestas tropicais.

6. Permissões de pesquisa e consulta prévia informada com comunidades: Em muitos países de florestas tropicais, são necessárias permissões de pesquisa para desenvolver projetos de pesquisa com recursos biológicos e comunidades humanas. É recomendável que as organizações participantes já possuam essas permissões ao apresentar a proposta completa (por exemplo, permissões estruturais) ou uma permissão atual para trabalhar com a comunidade. A ausência dessas permissões representa um risco significativo para a execução do projeto.

O financiamento não cobrirá os custos de solicitação de permissões, consultas com a comunidade ou procedimentos burocráticos, nem o projeto dependerá de autorização futura. Essas permissões não devem ser confundidas com a coprodução de conhecimento. Avaliadores e agências financiadoras devem equilibrar entre possíveis projetos devido à sua complexidade logística e projetos capazes de gerar novos conhecimentos.

7. Incentivar programas de pesquisa contínua ou a síntese do conhecimento existente: Mesmo com a presença de sistemas avançados de informação, bancos de dados, observatórios, redes científicas e conjuntos de dados, a geração de



conhecimento científico muitas vezes permanece fragmentada ou redundante, dificultando tanto o avanço científico quanto a tomada de decisões eficaz. O CRA deve priorizar o apoio a projetos oriundos de programas de pesquisa bem estabelecidos conhecidos por abordar problemas complexos e defender melhores práticas. A viabilidade do financiamento em fases deve ser considerada, com ênfase no apoio financeiro sustentado a longo prazo. Além disso, devem ser feitos esforços para incentivar a síntese e consolidação de informações e conhecimentos existentes.

8. Planos de gerenciamento de dados: devem abordar a implementação de políticas de acesso aberto e uma reflexão sobre o acesso e a propriedade justa e equitativa do conhecimento e dados produzidos pelo projeto.

As propostas devem incluir:

1. Plano de Gestão de Dados e Saídas Digitais ([DDOMP](#) – acrônimo em inglês), incluindo acessibilidade pública de dados, objetos digitais, resultados e descobertas;

2. Descrição do Projeto incluindo contexto, plano de pesquisa e composição do consórcio com uma discussão detalhada sobre o engajamento das partes interessadas e o processo de coprodução;

3. Plano de Gerenciamento para descrever a implementação da coordenação geral do projeto, monitoramento, supervisão e avaliação;

4. Plano de Impacto, Engajamento e Disseminação, incluindo o desenvolvimento de vídeos introdutórios e de valorização para as reuniões de início e término, atividades planejadas em mídias sociais, bem como quaisquer outras atividades de comunicação externa previstas como resultado deste trabalho, atividades de capacitação previstas como parte do co-desenvolvimento da pesquisa;

5. Plano de Financiamento, incluindo financiamento para participar de atividades coordenadas ao longo da vida útil do projeto, como participar das reuniões de início, meio e fim do CRA, que devem ser realizadas preferencialmente no Congresso Anual de Pesquisa e Inovação em Sustentabilidade (SRI). Os gastos com essas atividades devem ser considerados no Plano de Financiamento para permitir a participação de pelo menos três membros do Consórcio.

DURAÇÃO DO PROJETO:

Os projetos devem ter duração de três anos.



CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE:

Para ser considerado elegível para esta chamada, um Consórcio de Pesquisa deve ter **três ou mais participantes** representando **pelo menos três países diferentes**, solicitando apoio de **pelo menos três organizações de financiamento participantes**, incluindo **parceiros acadêmicos e não acadêmicos** na equipe. É recomendável ter pelo menos um país/parceiro de uma região tropical. Os requisitos de elegibilidade de cada organização financiadora podem ser encontrados em seus anexos para esta chamada no [site do Belmont Forum](#).

Os membros do consórcio podem **solicitar financiamento** ou **apoio em espécie** conforme descrito em cada Anexo. Membros adicionais podem participar com financiamento próprio se o número mínimo de participantes de três países que solicitam fundos de três organizações de financiamento for atendido.

Cada Consórcio de Pesquisa **deve ter um Líder de Consórcio**, que facilita a colaboração e comunicação entre a equipe e submete a proposta de pesquisa, e relatórios anuais, que vencem a cada 15 de junho durante a vida útil do projeto. **Os Líderes de Consórcio devem solicitar financiamento** de uma agência de financiamento participante e não podem participar com financiamento próprio ou em espécie. É fundamental que cada Membro do Consórcio e Líder do Consórcio revise os anexos de agências de financiamento aplicáveis para esta Chamada para determinar se seus pedidos de financiamento no Plano de Financiamento estão alinhados com o suporte disponível. Perguntas específicas sobre elegibilidade devem ser direcionadas ao ponto de contato relevante listado no final de cada anexo organizacional. Encorajamos a criação de um Consórcio de Pesquisa equilibrado em termos de gênero e geograficamente, que forneça oportunidades para que pesquisadores em início de carreira participem.

Buscamos propostas que demonstrem uma abordagem transdisciplinar robusta. Para a primeira fase, solicitamos um mínimo de 8 horas de certificado em um [curso de fundamentos transdisciplinares](#). Apenas um certificado é necessário por consórcio e se aplica exclusivamente ao Investigador Principal (PI) ou a um dos Co-Investigadores Principais (Co-PIs). Recomendamos que os pesquisadores utilizem esses recursos ou outros para fortalecer sua proposta (consulte Capacitação).

Critérios de Avaliação:

As propostas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios de seleção:



1. Qualidade/Mérito Intelectual

- Qual é a qualidade da ciência proposta? Quão inovadores são os objetivos do projeto da equipe?
 - Em que medida a atividade proposta avança o conhecimento e a compreensão dentro de seu próprio campo e em diferentes campos?
 - Em que medida a atividade proposta sugere e explora conceitos criativos, originais e inovadores?

2. Adequação aos objetivos da chamada (incluindo engajamento de usuários e impactos sociais ou mais amplos)

- Abordando pelo menos elementos de dois dos temas da chamada
- Engajamento de usuários de pesquisa/atores sociais (policymakers relevantes, reguladores, ONGs, comunidades, organizações locais e indígenas, ou indústria) e eficácia das atividades propostas de troca de conhecimento
- Impactos esperados: por exemplo, sociais, relacionados a políticas, econômicos
 - Quais podem ser os benefícios da atividade proposta para a sociedade (por exemplo, desenvolvimento de políticas, economias)?
 - Como os usuários/atores sociais foram envolvidos e quão eficazes são os mecanismos propostos para a transferência de conhecimento para os tomadores de decisão?
 - A colaboração de pesquisa foca em desafios globais para os quais as soluções só podem ser alcançadas por abordagens científicas globais?

3. Pessoal/Qualidade do Consórcio

- Competência e expertise das equipes e complementaridade dos membros do consórcio?
 - Quão qualificados são os proponentes (Líder do Consórcio e equipe) em termos de conhecimento científico, expertise e experiência para conduzir o projeto?
 - Qual é a qualidade do trabalho anterior em termos de contribuições passadas ou potenciais e impacto no projeto proposto e em outras áreas de pesquisa?
 - A equipe de Líder do Consórcio (incluindo quaisquer Co-Investigadores Principais identificados) é capaz de liderar o projeto, por exemplo, tendo habilidades de gerenciamento e liderança fortes, ou tendo complementaridade de expertise e sinergia dos membros da equipe?
- O Belmont Forum tem como objetivo aumentar a acessibilidade das oportunidades de pesquisa, especialmente para comunidades marginalizadas. Nesse espírito, o Belmont Forum encoraja a diversidade da equipe do Consórcio considerando múltiplos fatores, incluindo: geografia,

treinamento ou formação, bem como atores não-acadêmicos, incluindo mas não restrito a povos indígenas e detentores de conhecimento local.

- Qual é o valor agregado da cooperação internacional? Quando apropriado, discuta em que medida os investimentos existentes das Organizações Parceiras são aproveitados no projeto proposto.
 - o Se essas parcerias existem atualmente, o que esse novo financiamento permite que elas façam que não poderiam fazer de outra forma?

4. Co-Produção e Relevância Societal

- Existem abordagens transdisciplinares incorporadas ao longo do ciclo de vida do projeto planejado? (co-construção, co-identificação, co-desenvolvimento). A abordagem transdisciplinar também deve abranger recomendações relevantes para políticas públicas e vislumbrar como o projeto de pesquisa pode aprimorar instituições locais.
- As partes/atores sociais da sociedade estiveram envolvidos na formulação inicial e no desenvolvimento da proposta? Ações de engajamento de partes interessadas (descritas em seções de métodos ou em planos de equidade, diversidade e inclusão) devem reconhecer e lidar com os diferentes graus de vulnerabilidade das populações locais de acordo com características diferenciais.
- Os resultados do projeto proposto exibem genuína relevância/impacto societário (no local)?
- São feitas disposições para que todos os parceiros (incluindo partes interessadas/sociedade) compartilhem de forma equitativa os impactos/benefícios no local como resultado deste projeto?

5. Recursos e Gerenciamento

- Adequação dos recursos e financiamento solicitados
- Cooperação equilibrada
- Quão bem concebida e organizada é a atividade proposta?
- Existe um plano operacional com marcos bem definidos em vigor?
- O plano de coordenação é adequado?
- Há acesso suficiente a recursos?
- Os investimentos solicitados são bem justificados e relevantes?
- As contribuições científicas e financeiras solicitadas das Organizações Parceiras de cada país estão bem equilibradas?

6. DDOMP e outros documentos requeridos

- O DDOMP está em conformidade com a [Política de Dados Abertos do Belmont Forum](#) e os princípios [FAIR](#)?
- O DDOMP considera os princípios [CARE](#)?



- O DDOMP é apropriadamente detalhado e possui recursos para ser levado adiante de forma eficaz?
- Os planos de gerenciamento de dados devem abordar a implementação de políticas de acesso aberto e uma reflexão sobre o acesso e a propriedade justa e equitativa dos conhecimentos e dados produzidos pelo projeto.

COMO APLICAR:

Todos os documentos da chamada, incluindo diretrizes para os solicitantes e requisitos nacionais/regional, e o portal de envio podem ser encontrados no site de Operações de Subsídios do Belmont Forum: bfgo.org

Esta CRA tem um processo de submissão em duas etapas. Pré-proposta (obrigatória para a submissão da proposta completa) e propostas completas. As propostas podem ser escritas em inglês, francês, português ou espanhol e enviadas online em bfgo.org.

As propostas enviadas em idiomas diferentes do inglês passarão por tradução para o inglês para avaliação pelo painel. A proposta também será lida no idioma original por pelo menos um dos membros do painel de especialistas. A tradução será facilitada por meio de software da Amazon Web Services, garantindo conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia. As propostas permanecerão confidenciais dentro do sistema BFgo do Belmont Forum e não serão compartilhadas externamente.

Detalhes da chamada e do processo de inscrição são apresentados no site do Belmont Forum: <https://belmontforum.org/cras#open>, onde também é possível encontrar links para módulos de treinamento para proponentes no canal do YouTube do Belmont Forum.

Antes de preparar as propostas, os solicitantes são aconselhados a entrar em contato com seus Pontos de Contato Nacionais conforme listado nos documentos anexos da chamada.

CRONOGRAMA DA CHAMADA:

14 de junho 2024	Abertura da Chamada
Junho-outubro2024	Atividades de Networking e Capacitação
12 de novembro 2024 (23:59 UTC)	Data de entrega das Pré -Propostas
30 de maio 2025	Data de entrega das Propostas Completas
Setembro 2025	Financiamento dos Projetos



DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES EM ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Alguns treinamentos podem ser oferecidos na geração de projetos transdisciplinares e na coprodução de conhecimento; por exemplo, treinamento sobre como trabalhar em diferentes disciplinas e com parceiros não acadêmicos. Além disso, treinamento ou informação sobre espaços de design para a participação efetiva de comunidades locais, incluindo processos robustos de identificação e engajamento. Essas capacidades devem ser fortalecidas, especialmente nas equipes de instituições fora das grandes cidades, institutos ou universidades.

Os consórcios interessados podem receber treinamento através do campus virtual no programa intitulado ["Respondentes em Clima, Meio Ambiente e Saúde para as Américas: Mobilizando Conhecimento e Treinamento Transdisciplinar para Ação Política"](#), que está disponível em espanhol e inglês. No entanto, vamos desenvolver, colaborar e promover workshops de nossos parceiros em espécie ao redor da Amazônia e das florestas tropicais, bem como sobre o Plano de Gerenciamento de Dados e Saídas Digitais (DDOMP) e Fundamentos Transdisciplinares.